



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

**ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
CONTINUUM PRIMEIRO E SEGUNDO SEMESTRES/2020**

Vitória, Setembro/2020

EQUIPES DE ELABORAÇÃO

GERÊNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Andressa Endlich Dourado
Deuza Maria Fiorio de Jesus Macedo
Flávia Demuner Ribeiro
João Batista Pereira Alves
Leonardo Cruz de Andrade
Mariane Luzia Folador Dominicini Berger
Rogério Carvalho de Holanda

Equipes das Escolas:

**Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Cora Coralina e
Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Nelson Mandela**

MATEMÁTICA

Adriana Messias Fraga
Eduardo Paulo Subtil da Costa
Mário Azevedo Araújo Júnior

LINGUAGENS

Língua Portuguesa

Elizete Bárbara da Silva Sena Pera
José Carlos Vieira Junior
Julceia Sabino
Luiz Gustavo Cardoso Martins
Maria Peres da Silva Dias

Educação Física

Claudio Santana Freire

Arte

Miquelangele Bernardino de Souza
Priscila Laranja Módolo Volponi

Inglês

Luciano Silva Nascimento

CIÊNCIAS HUMANAS

Filosofia

Everaldo Barreto Moura

Paulo Renato Oliveira Silva

História

Márcia de Souza Martins

Marlice Cristina Carvalho Alcantara

Sandra Mara Corrêa L. Rodrigues

Sociologia

Thaís Santana Santo Amaro

Geografia

Fabrizio Rosário de Almeida

CIÊNCIAS DA NATUREZA

Ciências

Larissa Loss Pereira

Roberta Cristina de Oliveira Monteiro

Biologia

Larissa Loss Pereira

Roberta Cristina de Oliveira Monteiro

Física

Francisco Paiva da Silva

José Paulo Nascimento

Vivian Lisbôa Mariano

Química

Fabio da Costa Aleixo

Jovelina dos Santos

Renann Siqueira Custódio



“... Não é possível ser gente senão por meio de práticas educativas. Esse processo de formação perdura ao longo da vida toda, o homem não para de educar-se, sua formação é permanente e se funda na dialética entre teoria e prática” (FREIRE, 2000)

ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS CONTINUUM PRIMEIRO E SEGUNDO SEMESTRES/2020

Apresentação

O contexto atual provocado pela pandemia COVID 19 vem exigindo uma tomada de decisão dos/as gestores/as públicos em relação a minimização dos danos causados pela crise sanitária. No tocante à Educação de Jovens e Adultos - EJA, o compromisso ético e político frente à essa conjuntura nos remete à apresentação de alternativas pedagógicas que reduzam os impactos na aprendizagem de nossos/as estudantes.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio e, como tal, usufrui de uma especificidade própria. Portanto, o Currículo da EJA deve ser elaborado considerando as necessidades de seu público composto em sua maioria por jovens, adultos e idosos/as trabalhadores/as ou que possuem uma relação com o mundo do trabalho. Nesse sentido, o trabalho deverá ser tratado como princípio educativo, apresentando centralidade como eixo orientador de todas as áreas de conhecimento.

É por meio do trabalho que tecemos nossas relações com o mundo. Para o público da EJA o acesso à educação é uma das condições para o ingresso no mundo do trabalho, podendo inclusive, em contextos favoráveis, promover a ascensão na profissão. Ademais, o trabalho para jovens e adultos é o que rege a dinâmica da existência e da sobrevivência. Assim, o Currículo na EJA deve fundar-se na categoria trabalho, inclusive pautando as formas de organização, os tempos e a priorização de conhecimentos que são fundamentais. Nessa perspectiva, a educação para a vida deve dimensionar a prática pedagógica para estudantes jovens e adultos.

Esse é o convite que lhes fazemos, professores/as: repensar o Currículo da EJA a partir de uma educação que vise a formação humana em uma sociedade inumana (ARROYO, 2017) considerando os/as estudantes da EJA como sujeitos de uma história da qual ajudaram a construir.

Para tanto, recomendamos que as equipes pedagógicas das escolas que ofertam a EJA façam uma reorganização dos planos de ensino, priorizando o compromisso com a vida, elegendo objetivos de aprendizagens essenciais em diálogo com temáticas integradoras como objeto de análise das múltiplas dimensões da realidade social. Trazer ao diálogo com as múltiplas realidades sociais que envolvem os sujeitos da EJA neste contexto da crise sanitária e humanitária, é reconhecer numa perspectiva freireana, que a função social da EJA deverá ser a de fomentar a capacidade de a classe trabalhadora compreender a sua importância na sociedade, por meio da articulação dos pressupostos teóricos com os saberes e experiências dos/as estudantes. Assim, o direito popular ao conhecimento sempre teve na EJA um sentido político: contribuir nos ideais de emancipação e libertação, dar aos setores populares horizontes de humanização, dá-lhes o direito de escolher, de planejar seu destino” (ARROYO, 2005, p. 41).

Propõe-se, com este documento, o realinhamento do Currículo, considerando o continuum curricular semestral previsto na PORTARIA Nº 092-R, DE 27 DE AGOSTO DE 2020. Para tanto, dividimos o presente documento em tópicos, a saber: 1) Ciclos de Aprendizagem na EJA. 2) O Trabalho como Princípio Educativo na EJA. 3) Temáticas Integradoras. 4) Avaliação.

Pretendemos assim, reafirmar o compromisso de um currículo que dialogue com a vida cotidiana, com a cultura popular, com a cidadania, com o trabalho, com a tecnologia e com a ciência.

1) Ciclos de Aprendizagem na EJA

A Portaria nº 092-R, que define procedimentos complementares para o ano letivo de 2020 em interface com o ano letivo de 202, admite o continuum curricular semestral, o que favorece o desenvolvimento dos objetivos de aprendizagem de cada área de conhecimento.

Os ciclos de aprendizagem permitem uma forma de organização pedagógica mais flexível, rompendo com a lógica linear em que conteúdos estáticos precisam ser trabalhados exclusivamente naquela série/ano/etapa. Na EJA, a perspectiva da educação é aquela que acontece ao longo da vida, portanto, cabe à escola acolher

esses/as jovens, adultos e idosos/as que por diversas circunstâncias não tiveram a oportunidade de acessar à escolarização ou concluir seus estudos. Nesse sentido, o ensino na modalidade EJA deve ter como pressuposto o respeito ao tempo e ao percurso dos/as estudantes deixando de ser somente uma compensação de escolarização e tempo.

Segundo Arroyo (2005), a EJA não existe somente para suprir carências na vida escolar, ela é um direito de indivíduos que trazem trajetórias escolares específicas e histórias de vida singulares. “Teimar em reduzir direitos a favores, à assistência, à suplência, ou a ações emergenciais é ignorar os avanços na construção social dos direitos, entre eles à educação de jovens e adultos” (ARROYO, 2005, p. 28).

Ainda em diálogo com Arroyo, o tempo na EJA é um elemento fundante para a organização do processo pedagógico. O tempo escolar para jovens e adultos não pode estar atrelado à organização rígida e imposta pelos sistemas. É necessário arriscar mais de maneira a dialogar com as reais necessidades formativas dos/as estudantes, suas expectativas e anseios frente à escola. Diante disso, a organização curricular por ciclos ganha sentido por redimensionar o tempo escolar e o que deve ser trabalhado nesse tempo que possa provocar mais sentido ao que se aprende.

Não se trata com isso de negar os conhecimentos para os/as jovens e adultos, não se trata de negar à qualificação para o mundo do trabalho, pelo contrário, se trata de pensar rigorosamente sobre “que conhecimento”? Que conhecimentos são necessários para sobreviver em meio a tanta imprevisibilidade? Que Currículos são necessários para fortalecer esses jovens e adultos em meio a um cenário instável, precário e de insegurança? Não podemos simplesmente reproduzir para a EJA os Currículos trabalhados no ensino fundamental ou no ensino médio. Precisamos priorizar conhecimentos que permitam aos/as nossos/as estudantes responder às perguntas sobre a vida, sobre a sociedade, sobre o trabalho e o não trabalho, sobre a família, sobre sua condição como negro/a, homem, mulher, sobre o tempo e o destempo, sobre a moradia e a ausência dela, sobre suas histórias de resistência e de retorno à escola em busca de caminhos mais dignos.

Outro ponto central quando se opta pelos ciclos relaciona-se à avaliação, requerendo dos sujeitos envolvidos outra compreensão que supere a quantificação dos conhecimentos e a lógica da reprovação e que problematize algumas questões:

- Quais os objetivos de aprendizagens que precisamos fomentar nos/as estudantes para que estejam preparados para o enfrentamento às situações impostas pela pandemia?

- Quais objetivos de aprendizagem e conhecimentos são prioritários nesse Ciclo Emergencial?

- Como o currículo precisa se adaptar ao que está acontecendo na cidade e no campo e que impacta diretamente a vida de nossos/as estudantes da EJA?

- Se consideramos nossos/as estudantes como sujeitos de sua história o que aprenderam nesse tempo de pandemia? Que desafios tiveram que enfrentar? Que conhecimentos já trabalhados na escola puderam ser vivenciados e incorporados de forma a enfrentar melhor essas dificuldades?

Consideramos que esse exercício contribuirá para a interpretação dos resultados da avaliação diagnóstica e para a proposição de soluções pedagógicas efetivas ancoradas em ações pedagógicas estruturadas e construídas de forma participativa. Sugerimos o mapeamento geral e comparativo do que foi planejado, do que foi trabalhado tanto presencial quanto remotamente e do que é prioridade e deve ser trabalhado ainda neste ano escolar.

2) O trabalho como princípio educativo na EJA

Conforme já afirmamos anteriormente, o público da EJA é formado essencialmente por estudantes trabalhadores/as ou que possuem relação com o mundo do trabalho, mesmo sendo na informalidade. Ser trabalhador/a é uma condição que confere identidade social. Para tanto, a incorporação da categoria “Trabalho como Princípio Educativo” no currículo da EJA é uma premissa quando se pretende uma educação ancorada na emancipação dos seus sujeitos.

Reconhecemos que a escola para jovens e adultos deve sim assumir a preparação para o trabalho, entretanto, quando se incorpora o trabalho como princípio educativo na EJA, a proposta é ir além do pragmatismo da qualificação profissional e recuperar a relação entre trabalho e formação humana, estabelecendo uma firme postura contra a visão instrumental do trabalho.

Nesse sentido, apresenta-se uma educação que visa à aproximação dos sujeitos com um trabalho ontocriativo (FRIGOTTO, 2005), consciente que pode criar e recriar e assim, se reconhecer e reconhecer outras pessoas não só como produtores/as das suas necessidades, mas também da sua própria existência. Diante disso, trabalho e educação são processos inseparáveis na constituição histórica dos sujeitos e na produção de sua existência material e imaterial, portanto, o trabalho confere aos sujeitos identidade social.

A partir desse viés ontológico ou ontocriativo, o trabalho é um processo que não se reduz à atividade laboral ou emprego, mas à produção de todas as dimensões da vida humana, portanto um princípio formativo. Essa abordagem apoia-se na perspectiva crítica de compreensão do conceito de trabalho e mundo do trabalho, diferenciando-os dos conceitos de emprego e mercado de trabalho, com a intencionalidade de consolidar uma prática pedagógica fundamentada nas dimensões do trabalho, cultura, ciência e tecnologia para estudantes jovens, adultos e idosos/as trabalhadores/as.

A categoria trabalho a ser trabalhada no Currículo da EJA contribui também para proporcionar uma leitura panorâmica e crítica do nosso desenvolvimento e das suas transformações na atualidade, bem como, seus reflexos na exploração do/a trabalhador/a a partir da precarização, historicamente inseridos na lógica do capitalismo.

Logicamente, a relação com o trabalho afeta literalmente jovens, adultos e idosos/as que buscam a escola. O contexto de imprevisibilidade do mercado de trabalho, o desemprego, o subemprego, as tarefas domésticas de casa associadas à outras atividades influenciam na permanência dos/as estudantes da EJA na escola, assim como, impactam em suas aprendizagens.

A despeito disso, emerge a necessidade de, além dos conhecimentos da formação geral, inserir no Currículo conhecimentos relacionados ao Mundo do Trabalho, produzindo reflexões críticas sobre essa categoria em sua visão ontológica e sobre a necessidade de compreender os fenômenos da precarização como marca de uma economia dependente.

A partir dessa conjuntura, reconhecemos que o processo ensino e aprendizagem na EJA deve acontecer de forma dialética por meio da articulação entre o conhecimento escolar sistematizado e o conhecimento produzido socialmente, ou seja, o entrelaçamento dos conteúdos escolares acumulados historicamente com as práticas sociais que emergem dos/as estudantes.

Nesse sentido, a concepção de trabalho como princípio educativo ou formativo parte do pressuposto que a vinculação da instituição escolar com o mundo do trabalho se pauta “pelo entendimento de que os homens e mulheres produzem sua condição humana pelo trabalho – ação transformadora do mundo, de si, para si e para outrem” (BRASIL, 2007, p.38). Assim, esse princípio, além de ser educativo, é ético e político.

Ademais, o trabalho nos provém meios de vida para nossa sobrevivência se tornando imperativo, por outro lado, é a possibilidade de criação por meio da arte, da cultura, das diferentes linguagens, da pesquisa, dos experimentos, como infinitas respostas às nossas necessidades. Por isso, é preciso compreender criticamente as diversas formas de trabalho que historicamente marcam nossa economia dependente: trabalho servil, trabalho escravo, assalariado, uberização do trabalho, trabalho intermitente e tantas formas que advém desse cenário capitalista, estabelecendo então a dicotomia entre: ontologia e alienação.

A Educação que se pretende é emancipatória e deve permitir que seus sujeitos tenham a consciência da necessidade do trabalho para a condição humana sem perder de vista as formas de exploração, portanto, o fazer educativo que se propõe está ancorado na formação social e política dos/as estudantes com respostas concretas que produzam novas formas de resistência.

3) Temáticas Integradoras na EJA

Dialogando com Paulo Freire, um dos autores mais respeitados na Educação Popular, cada pessoa, cada grupo envolvido na ação pedagógica dispõe em si próprio de conhecimentos adquiridos ao longo da vida por meio de suas vivências e de sua relação com o mundo. Daí, faz mais sentido para estudantes da EJA a apropriação de conteúdos que dialoguem com seus saberes experienciais. A mera transmissão de conteúdos selecionados fora do contexto social dos/as estudantes é considerada "invasão cultural" porque não emerge do saber popular (FREIRE, 1996). Assim, é importante a articulação de saberes adquiridos ao longo da vida, com os saberes

sistematizados pela escola de forma que ao ampliá-lo se produza novos saberes e perceba o sentido e o significado.

Assim, todo ponto de partida para a prática docente na EJA será o contexto dos/as estudantes que saem dos seus trabalhos ou de suas rotinas de sobrevivência e buscam a escola pelo direito a aprender. São corpos marcados pelo enfrentamento à diversas situações de subcidadania, tanto no campo, quanto na cidade. Corpos cansados, precarizados, segregados, contudo, ávidos por uma educação que chegou mais tarde e que anuncia novas possibilidades.

Antes de eleger qualquer temática integradora e que contextualize os conhecimentos escolares há de se perguntar: há lugar na escola para acolher esses corpos e tudo que abrigam como uma multiplicidade de saberes? É possível ao ensinar, considerar as cargas históricas que esses corpos trazem consigo? Se nossa resposta for positiva, então, a integração curricular na EJA se dará a partir da compreensão de temáticas que afetam esses corpos e que os promovam à libertação, à emancipação, à autonomia, à cidadania e a viver momentos felizes como gente que sonha, que ama, que labuta, que chora, que se alegra, que se permite (re)aprender.

Além desse princípio fundante na EJA, a integração curricular também se constitui como uma concepção fundamental para o processo de ensino e aprendizagem de jovens e adultos. Integrar significa inter-relacionar dimensões, temáticas, ideias, de maneira a construir um todo que faça sentido. Assim, acreditamos que a concepção de integração curricular perpassa o contexto escolar com a perspectiva de uma formação integral que faça com que o/a estudante se aproprie dos conhecimentos de forma crítica relacionando a educação com o mundo do trabalho. Contudo, trabalhar de forma integrada pressupõe a superação da fragmentação do conhecimento em disciplinas engessadas, da separação entre trabalho manual e intelectual, entre o pensar e o agir e o processo, além da dicotomia entre saber popular e saber científico, afinal os saberes são múltiplos se entrelaçam.

Caminhando nesta diretriz, sugerimos que neste Ciclo Emergencial, as equipes pedagógicas ao procederem ao realinhamento do currículo, partam de temáticas integradoras em que as áreas de conhecimento/componentes curriculares identifiquem pontos de contato que sejam detonadores dos processos e que se articulem durante o ensino e aprendizagem sendo concretizados em atividades

integradoras como realizações de estudos e pesquisas compartilhadas, entrevistas, exposições, seminários e/ou projetos integradores.

Elencadas as temáticas integradoras pelas equipes pedagógicas em articulação com os/as estudantes, os coletivos de docentes com o assessoramento dos/as pedagogos/as, realizam o exercício de conexão entre as áreas e componentes.

É preciso romper com a ideia de que a interdisciplinaridade promove a redução dos conteúdos específicos disciplinares e assumi-la como uma das possibilidades de explorar ao máximo o potencial de cada área de conhecimento.

Com o sistema de revezamento a ser adotado no retorno às atividades presenciais em razão da pandemia é importante que os planejamentos partam da integração curricular. Dessa forma, cada área de conhecimento, a partir das temáticas integradoras pode propor planos de estudos para os/as estudantes que intercalem as atividades desenvolvidas no tempo institucional – escola e as atividades desenvolvidas no tempo vivencial – comunidade. Essas atividades devem partir da realidade, ser objeto de aprofundamento teórico e retornar à realidade como uma resposta à situação inicial, em um processo dialógico de reflexão-ação.

Nesse sentido, torna-se necessário a inserção de temas atuais para possibilitar uma leitura crítica da realidade, considerando “[...] uma visão de totalidade e abrangência dessa realidade e a ruptura do conhecimento no nível do senso comum” (ANTUNES, 2005, p. 8-9).

Para a materialização dessa concepção, sugerimos:

- Elencar temáticas integradoras pelas equipes pedagógicas, ouvindo também os/as estudantes;
- Identificar os pontos de contato que podem ser trabalhados em cada área de conhecimento/componente;
- Realinhar o plano de ensino a partir desse processo, priorizando objetivos e conhecimentos essenciais;

- Elaborar planos de estudos para as turmas/etapas, considerando a articulação entre as atividades realizadas no tempo vivencial e as atividades realizadas no tempo institucional.

No que concerne ao **Curso Técnico de Nível Médio em Administração na Modalidade Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional**, reforçamos a necessidade de um trabalho de articulação entre a etapa ensino médio, ensino técnico e formação para o trabalho, com vistas à garantia da formação profissional e integral do estudante, considerando as os objetivos de aprendizagem e conhecimentos prioritários.

Além disso, o contexto da pandemia nos sugere uma releitura do **Projeto Integrador de Pesquisa e Articulação com o Território –PIPAT**.

A pandemia da COVID 19 antecipa mudanças que já estavam em curso como o trabalho remoto, a educação a distância, a busca por sustentabilidade, a responsabilidade social de algumas empresas e também outras mudanças focadas em ações comunitárias que vinham sendo gestadas principalmente nas comunidades populares tendo a juventude como protagonista.

Creemos que esse cenário torna-se potente para ressignificar o PIPAT instituído na EJA Profissional com o compromisso de reafirmar um currículo que dialogue com a vida cotidiana, com a cultura popular, com a cidadania, com o trabalho, com a tecnologia e a ciência, estabelecendo articulações entre a educação formal (no espaço/tempo institucional) e a educação não formal (no tempo vivencial ou social) no trabalho, na comunidade, no território.

A partir da compreensão da complexidade do mundo trabalho na contemporaneidade, apontamos dois temas que poderão ressignificar o PIPAT no retorno às aulas: Auto-organização e Economia Solidária.

- A auto-organização, enquanto elemento pedagógico é um tema recorrente na Educação do campo, vinculando-a ao trabalho como princípio educativo. Vem surgindo nas comunidades periféricas nesse momento de crise humanitária, tendo muitos jovens como protagonistas em diversas ações e em comum o fundamento de uma comunidade solidária.

Pensamos que trazer os princípios da auto-organização para o PIPAT, tendo como foco o Mundo do Trabalho, poderá contribuir para potencializar os arranjos produtivos da comunidade, conhecendo as possibilidades e o trabalho que é produzido no território com ações voltadas para a Economia Solidária.

- A Economia Solidária é um fenômeno histórico e mundial, que nasceu nos primórdios do capitalismo Industrial, como resistência e proposição dos/as trabalhadores/as. No Brasil, passou a ganhar destaque, tendo Paul Singer, como um dos principais autores desse tema. Esse outro modo de produção tem sido tema dos debates sobre o Mundo do trabalho na atualidade, sendo defendida por alguns/as e repudiada por outros/as. Nosso olhar sobre esse modo de produção não é reducionista, devendo ser tratado de forma crítica no currículo da EJA Profissional.

4) Avaliação

Aprender é um processo inerente à condição humana. Como afirma Freire, (1996) o núcleo da educação humana se encontra em sua inconclusão. Somos seres inacabados e incompletos, portanto, aprender é uma experiência vital.

Se somos seres inacabados e temos a consciência dessa incompletude, a aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos se dá ao longo da vida a partir das produções cotidianas, fruto de experiências vivenciadas pelos sujeitos jovens, adultos e idosos/as ao longo de toda sua vida, forjadas em todos os espaços sociais em processo contínuo de humanização.

Ora, dada essa incompletude, ensinar e aprender na EJA devem acontecer como um processo dinâmico, que envolve os sujeitos em seus diversos movimentos inclusive extrapolando a dinâmica escolar. Aprender não pode ser algo estanque que se afere em determinados fragmentos de tempo, aprender é um processo de evolução inerente ao ciclo da vida.

Dessa forma, a avaliação deve se constituir como processo formativo em que ensinantes e aprendentes analisam de forma recíproca em que podem avançar mais, quais as formas mais elaboradas de se traduzir aquele significante, com que diferentes linguagens podemos expressar as aprendizagens, ou seja, é uma prática que retroalimenta o processo ensino e aprendizagem.

A avaliação na EJA deve assumir caráter formativo evidenciando os acertos em detrimento dos erros, afinal, os/as jovens, adultos e idosos/as tiveram sua trajetória escolar marcada por reprovações e abandono o que pode ter acelerado a interrupção da vida escolar. Professores/as deverão assumir uma postura respeitosa ao avaliar os/as estudantes da EJA, buscando estratégias inclusivas que promovam as diferentes aprendizagens. Estudantes da EJA, movidos/as pela necessidade de concluir seus estudos devem ser incentivados/as a superar suas dificuldades e traumas e avançar nos ciclos de aprendizagem. A vida já marcou esses corpos por demais, excluindo-os dos processos sociais mais dignos, assim, a escola passa a ser considerado lugar de ascensão social por meio dos conhecimentos.

Os processos avaliativos também podem ser realizados na perspectiva da integração, propondo avaliações por área de conhecimento. De forma processual e formativa, pretendemos romper com as grades disciplinares, ampliando as possibilidades de aprendizagens mais integradoras e que valorizem os/as estudantes em suas subjetividades.

A partir disso, faz necessário compreender:

- Quais as múltiplas linguagens com que se expressam os sujeitos da EJA?
- O que os levou a interromper seus estudos? O que pode ser feito para tornar essa trajetória formativa mais agradável?
- O que mais apreciam na escola? Em que devem ser encorajados?
- Que saberes acumulam ao longo de suas vidas e que podem servir como ponto de partida para suas aprendizagens?
- Quais suas experiências com o mundo do trabalho? Como essas experiências podem se constituir como canais para avançar mais na elaboração dos conhecimentos escolares?
- O que faz mais sentido aprender? Como aprendem melhor?
- O que aprenderam neste tempo de pandemia e que pode ser fomento para novas aprendizagens conceituais?

-Que valores e atitudes trazem consigo como filhos/as, mães, pais, avós, netos/as, tios/as, sobrinhos/as e que podem inspirar a comunidade educativa escolar?

-O que vivenciam em seus territórios? Quais as potencialidades e fragilidades desses territórios?

-Como se reconhecem nesses territórios de vivência?

-Como avaliar de forma amorosa cumprindo uma das funções do processo educativo?

A partir dessas provocações, a escola há de se tornar um espaço tempo de múltiplas possibilidades para nossos/as jovens, adultos e idosos/as, avançando para o lugar do acolhimento, do bem viver, da comunhão entre pares, do respeito às singularidades, pluralidades e diversidades, do desenvolvimento do potencial de nossos/as estudantes.

Como complementação a este documento foram elaboradas orientações curriculares por segmento/etapa e componentes curriculares da EJA disponíveis como documentos anexos no site do EscoLAR.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ângela. **Temas Geradores**. In: Cadernos de Formação. 2014.pag.82-88

ARROYO, Miguel. G. **Passageiros da Noite – Do Trabalho para a EJA – Itinerários pelo Direito a uma Vida Justa**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Ed. Vozes. 2017

_____, Miguel. G. **Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino. (Orgs.). Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, p. 19-50, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **PROEJA. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Documento Base**. Brasília, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo, 2000. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A gênese do Decreto nº. 5.154/2004: um debate no contexto da democracia restrita**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (orgs). Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.